

“¡No incomoden a mis gauchos!” Conflito social e guerra de independência em Salta (1814-1821)

Priscila Pereira¹

Resumo:

Durante as guerras de independência no Vice-Reinado do Rio da Prata, ocorreu a mobilização de amplos setores sociais outrora marginalizados pela sociedade colonial, os quais seriam envolvidos em uma inédita situação de protagonismo político e social. Neste sentido, este trabalho analisará a mobilização dos chamados “*gauchos* de Güemes” durante o conflito ocorrido na Província de Salta (noroeste da atual Argentina), entre 1814 e 1821. A identificação dos soldados-paisanos ao conceito de “gaucho” foi empregada pelo próprio Martín Miguel de Güemes entre o final de 1814 e o início de 1815, como uma maneira de identificar a gente rústica da *campaña* que se integrava aos corpos milicianos já constituídos. Assim sendo, parece de suma importância compreender os motivos pelos quais tal conceito, que já existia no Rio da Prata imbuído de outras conotações, é acionado no contexto das guerras de independência, para (re) definir novas identidades políticas e maneiras de pertencimento social. Quem eram os *gauchos* de Güemes? Como estavam compostos? Como viviam o fenômeno da militarização da sociedade? Que experiências políticas permitiram a transformação desses habitantes do campo em “gauchos”? Enfim, essas e outras questões estarão no horizonte mais geral deste estudo, que contará com as contribuições da nova história política e sua abordagem das chamadas linguagens políticas.

Palavras-chave: Guerras de Independência; Vice-Reinado do Rio da Prata, Salta, Güemes, milícias *gauchas*.

¹ Possui graduação nas modalidades Licenciatura (2006) e Bacharelado (2007) em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), atuando principalmente nos seguintes temas: História da América Latina, História da Argentina, História da Bolívia, História do Paraguai, Literatura Gauchesca, Cultura de Massa e História das histórias em quadrinhos. Em 2008, esteve na Universitat Jaume I (UJI) de Castelló de la Plana, Espanha, para realizar um mestrado sobre independências da América Latina, com bolsa de estudos da Fundación Carolina. Atualmente desenvolve seu trabalho de mestrado no programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, na área de concentração “Política, Memória e Cidade”.

Salta na Revolução

O avanço dos exércitos napoleônicos em 1808 sobre a península ibérica, seguido da vacância do trono e a eclosão do movimento *juntero* em ambos os lados do Atlântico, terá repercussões em todo o vice-reinado do Rio da Prata, e na cidade de Salta, de modo particular. Não nos esqueçamos que em 1809 as juntas de Chuquisaca e La Paz foram sufocadas, o que sem dúvidas terá reflexo em todo o espaço andino. Parece que ares revolucionários assomavam sobre terras americanas.

Neste sentido, o movimento insurrecional em Salta constitui um momento chave da guerra de independência no Rio da Prata, e se insere em um quadro mais geral de insurgência nos Andes. Esta insurreição caracterizou-se por ser um período de encarniçadas lutas entre amplos setores da população rural e tropas “realistas” vindas do Peru, em um dramático momento de redefinições de alianças, de enfrentamentos e de lealdades políticas. A guerra de independência em Salta foi uma *guerra de guerrilhas* que se estendeu por praticamente toda a primeira década revolucionária, e está intimamente relacionada à constituição de elites locais e à emergência de setores sociais “populares”, bem como com a ascensão de lideranças político-militares importantes. Entre essas lideranças acionadas pelo conflito, destaca-se a de Martín Miguel de Güemes, militar integrante do Exército Auxiliar do Norte e *vecino* da jurisdição de Salta.

Além disso, a guerra de recursos empreendida pela *paisanaje* e pelas milícias comandadas por Güemes inscreve-se no marco mais geral de outros processos revolucionários, a saber, a Revolução de Maio, a insurreição alto-peruana e a mobilização da Banda Oriental sob a liderança de José Gervasio Artigas. Sem contar, é claro, sua vinculação aos processos das Intendências de Potosí, Charcas, Cochabamba e La Paz, o que reitera a idéia de que a análise do caso saltenho sobrepuja em muito o âmbito local.

Com efeito, não é possível estudar a ação dos sujeitos envolvidos nesta insurreição sem relacioná-la aos discursos políticos que circulavam no Rio da Prata na primeira década revolucionária – os quais, por sua vez, não eram incólumes aos acontecimentos que se passavam no conjunto da

“¡No incomoden a mis gauchos!” conflito social...

Monarquia Hispânica. Quer dizer, a ação dos insurgentes nortenhos vincula-se às diversas tentativas de organização de uma ordem política protagonizada por Buenos Aires, bem como à dinâmica política das outras províncias do mundo rio-platense. Finalmente, ressalta-se que a gesta saltenha se situa em um projeto mais amplo encabeçado por San Martín e Manuel Dorrego, em que a hostilização e o debilitamento permanentes das forças inimigas através da tática de guerrilha se inscrevia em uma estratégia de guerra continental.

De qualquer forma, o tema da insurreição em Salta ainda carece de maiores estudos, e subsistem rincões pouco explorados pelos historiadores, de uma forma geral. Como afirmou Sara Mata, o término da guerra de independência nesta jurisdição nos anos 1820 lançou os protagonistas do conflito a um “cone de sombra”, e a gesta saltenha foi afastada dos domínios de Clio durante quase todo o século XIX (MATA: 2004). Ao ser resgatada no final deste século e início do seguinte, a prolongada guerra contra os realistas passou a ser explicada unicamente pelo *voluntarismo político* de seu principal líder, Martín Miguel de Güemes, de modo a subsumir o protagonismo das milícias campesinas em temas como o do *caudillismo* ou da *historia pátria*. O presente trabalho justifica-se, portanto, como uma tentativa de matizar a participação no conflito saltenho dos chamados “gauchos” de Güemes, cuja atuação se inscreve neste momento que Halperín Donghi designou como *ruralização e militarização do poder*, responsável, entre outras coisas, pela emergência de novos atores sociais e políticos, investidos de um protagonismo dificilmente concebível em períodos anteriores (HALPERÍN DONGHI: 1979).

Em suma, entender os motivos pelos quais a *gauchaje* e os paisanos de Salta empunharam as armas durante um tão prolongado período pode trazer novas interpretações sobre a insurreição ocorrida nesta jurisdição. Além disso, pode deslocar o foco de análise do “centro” para a “periferia”, isto é, abordar o processo de redefinição das identidades políticas rio-platenses a partir de suas províncias, cujas relações entre si e com Buenos Aires se baseavam em uma “pirâmide de obediências” entre cidades. Em outras palavras, o caso saltenho reitera a tese de Chiaramonte de que a

Priscila Pereira

revolução irrompe no Rio da Prata como uma *recomposição das relações entre as cidades*, e não como a forja da nação (CHIARAMONTE: 2007).

La campaña en armas: Os atores sociais do conflito saltenho

O ano de 1814 marca uma mudança significativa nos rumos do movimento insurrecional de Salta, onde se inicia uma guerra de recursos provocada pelas invasões realistas dos anos anteriores, com a diferença de que, *agora*, amplos setores da população são mobilizados. Aliás, a data é importante também pela convergência entre os acontecimentos da Península e da América, uma vez que a restauração monárquica de Fernando VII gera uma nova inflexão no discurso político e no andamento da guerra revolucionária. Para uma parte da historiografia sobre as independências, este momento seria um divisor de águas justamente porque, a partir de então, a guerra em territórios americanos teria se convertido em “guerra anti-colonial”. Noemí Goldman, por exemplo, argumentou que “em nenhuma parte a revolução havia criado divisões tão profundas como em Salta, onde a sociedade havia se dividido claramente em um bando realista e outro patriota identificado com os chamados gaúchos de Güemes” (GOLDMAN: 1999: p. 54).

Entretanto, antes que se defina *a priori* que a revolução em Salta foi uma guerra “anticolonial” ou “anti-realista”, talvez seja mais prudente matizar as motivações que levaram a *campaña* saltenha a mobilizar-se durante um longo período de tempo, em um conflito deveras desgastante, tanto para as elites locais quanto para os grupos populares que integravam as milícias. Afinal de contas, a partir de que momento o exército “realista” passou a ser visto como inimigo? Como explicar que apenas dois anos antes a situação em Salta estava mais favorável aos exércitos reais, que inclusive foram apoiados pela população local? Por que foi escassa a participação espontânea da população rural em fevereiro de 1813, quando Belgrano conduzia o Exército do Norte? E por que isso vai mudar em 1814? Enfim, “quais foram as razões que levaram os “paisanos” do campo saltenho, apenas

“¡No incomoden a mis gauchos!” conflito social...

um ano depois, a se levantar em armas e fustigar as tropas realistas que haviam tomado a cidade?” (MATA: 2002: p. 7).

Em primeiro lugar, ressaltemos que a iniciativa da resistência à invasão realista de 1814 partiu dos médios proprietários rurais, congregados em torno das palavras de ordem empregadas por Luis Burela para conclamar seus conterrâneos à luta – *¡A caballos, salteños; por la libertad y la patria*². Quer dizer, uma primeira explicação para a resistência saltenha seria ver nela uma reação *espontânea* aos saques praticados pelas tropas realistas, que incidiriam diretamente sobre os interesses de setores ligados à propriedade da terra. Entretanto, Sara Mata asseverou que é muito simplista analisar tal mobilização exclusivamente por este viés, já que a participação da *paisanaje* no conflito logo se investirá de motivos políticos. Ou seja, esta insurreição de bases rurais ocorreu não somente como uma *reação* à violação da propriedade privada, mas porque existia uma rede de relações preexistente que ligava os paisanos aos proprietários locais.

Um segundo ponto a ressaltar é a existência na província de Salta de conflitos prévios à militarização, ou seja, a revolução *já* se implantou em uma sociedade complexa e atravessada por tensões, que envolviam o acesso aos recursos e o litígio pela terra. Tais disputas, que remontavam ao período colonial tardio, foram potencializadas pela emergência de uma plebe rural e urbana, cujas aspirações sociais figuravam como uma “ameaça” para as elites locais, que tampouco constituíam um grupo coeso e homogêneo. Toda essa complexa configuração social fez crescer no imaginário da “gente decente” a imagem de uma “plebe perigosa”, cuja presença deveria ser controlada. Os furtos de vacas e mulas, assim como a disseminação de toda sorte de bandolerismo pelos campos saltenhos, alimentavam esses temores (MATA DE LÓPEZ: 2000).

² Sobre o tema ver o trabalho de: PEREIRA, Priscila; “*¡ A caballos, salteños!*”: Cultura política, atores sociais e linguagem revolucionária na Salta de Martín Miguel de Güemes (1814-1821)”; Dissertação de Mestrado: Universitat Jaume I: Castelló de la Plana: Fundación Carolina, 2009.

Priscila Pereira

Além disso, é preciso esclarecer que a estratégia de uma guerra de recursos³ recomendada por Dorrego e San Martín é o que permitirá que lideranças como Martín Miguel de Güemes construam seu poder em Salta. Afinal, entre 1812 e 1820 esta jurisdição sofrerá sete incursões realistas, o que resultará na formação de corpos milicianos como a *Compañía de Pardos Libres* e *Los Decididos*, entre os quais se encontrava o futuro caudilho saltenho. De qualquer forma,

no hubiera sido posible mantener la guerra durante largos años si no hubiesen existido motivaciones sociales y políticas que llevaron a los “gauchos” y “paisanos” de la campaña a luchar contra el ejército español. Las razones de la insurgencia en las jurisdicciones de Salta y Jujuy son difíciles de estudiar y seguramente muy variadas pero en ellas están presentes las tensiones de una sociedad rural que compite por tierras y ganados. Una vez iniciada la resistencia a la presencia realista, el movimiento revolucionario en Salta se radicalizará vertiginosamente, día a día, atravesado por múltiples conflictos militares y políticos en cuyo contexto tendrá lugar el ascenso político y militar de Martín Miguel de Güemes (MATA DE LÓPEZ: 2002, p. 6).

Um soldado afortunado: Martín Miguel de Güemes

Com efeito, é quase impossível estudar a guerra revolucionária de Salta sem falar de Martín Miguel de Güemes, cuja ascensão ao poder se dá por ocasião de sua nomeação como chefe do Exército Auxiliar de Vanguarda, em 1814. A figura do líder dos paisanos de Salta está relacionada a uma intrincada teia que envolve a história, a literatura e a lenda, o que dificulta bastante analisar a importância de sua liderança. Personagem ignorado logo após o término do conflito em Salta em 1821, e recuperado no final do século XIX como herói da independência argentina, a questão é que a figura

³ No caso saltenho, as principais estratégias empregadas pelas milícias e *paisanaje* eram as emboscadas contra as incursões realistas, e o aprisionamento de víveres e gado, com o fim de impedir o abastecimento das tropas inimigas. Isto compõe o que a historiografia chama de “guerra de recursos”.

“¡No incomoden a mis gauchos!” conflito social...

de Güemes se converteu em uma das chaves explicativas do processo de independência rio-platense, cuja força é capaz de produzir identificações ou sentimentos de repesália. Considerado hoje um dos ícones da cultura saltenha, são muitas as imagens do líder dos “gauchos”: herói, prócer, caudilho, pai dos pobres, *guarda-costas de San Martín* ou simplesmente um personagem secundário nas guerras de independência, amado por uns, odiado por outros. Eis a síntese de alguns dos problemas que envolvem a figura de Güemes, que foi inclusive elevado à condição de protagonista de uma “epopéia nacional” na novela *La Guerra Gaucha*, de Leopoldo Lugones (FÜRSTENBERGER: 2005).

Mas como Güemes chegou ao poder? Sua ascensão militar se deu por causa de sua nomeação como Coronel de Vanguarda, e também por sua habilidade de canalizar vontades, reunindo em torno de si um conjunto de chefes de milícias locais e outros integrantes do *vecindario* salto-jujeño, que haviam liderado paisanos voluntários nos anos anteriores a 1814. Toda essa rede de relações permitiu que Güemes fizesse valer sua autoridade na jurisdição de Salta, ainda que este poder estivesse totalmente mediatizado e constituído por complexas alianças que pressupunham a existência de distintos interesses e aspirações entre os atores envolvidos. Quer dizer, o poder militar e político do caudilho se construiu não de forma vertical e automática, mas através de cambiantes jogos de lealdade política e redes de sociabilidade, de negociações e de enfrentamentos.

De qualquer maneira, o poder de Güemes teria se pautado em dois pilares, a saber, as milícias e os paisanos, também chamados de “gauchos” voluntários, “que luego de participar de las acciones regresan a sus tareas cotidianas”. Além disso, a construção de sua liderança teria sido fruto de dois mecanismos políticos empregados pelo “caudilho”: *primeiro*, o alinhamento com os chefes locais e, *segundo*, a oposição a qualquer tentativa de disciplinarização que não viesse dele mesmo. Ou seja

Martín Miguel de Güemes comprendió desde los primeros años de la revolución la importancia de contar con la adhesión del paisanaje y por ello orientó su accionar a lograr ser reconocido como único jefe militar y político. En 1814 existían ya en el ámbito

Priscila Pereira

rural y en las milicias jefaturas reconocidas por su trayectoria o por su inserción social. Sargentos, capitanes e incluso milicianos que revistaban en las milicias salteñas desde 1813 junto a aquellos que se sumaron activamente a las guerrillas de 1814, como fue el caso de Luis Burela, constituyeron los intermediarios políticos y militares cuya adhesión era necesario alcanzar aún cuando para ello fuese preciso desplegar un complejo juego de alianzas que se expresaron claramente en las concesiones y recompensas que Güemes comenzó a otorgar (MATA: 2008: pp. 90-91).

Em suma, Güemes sabia muito bem que sua liderança dependia da adesão da *campaña* saltenha à sua “causa”, bem como de uma série de condições que permitissem que ele se mantivesse no poder, como, por exemplo, o apoio da elite saltenha e a aquiescência do governo de Buenos Aires. Mas que “causa” era essa? Pode-se dizer que se tratava da causa da “independência argentina”, como quis certa historiografia nacional? Ou seria simplesmente a causa de um homem cuja liderança personalista e autoritária seria o resultado da atomização das “massas” que estariam sob o seu comando? Não haveria outras motivações em jogo? Ora, para explicar esta e outras questões talvez seja necessário deslocar a análise da figura de Güemes para recolocar em cena os atores sociais e políticos envolvidos no processo revolucionário em questão, e que, de um modo geral, foram tratados pelos autores que estudaram a gesta saltenha como meras sombras do seu destacado líder.

Uma província irritada e desesperada

Como já foi dito, a insurreição em Salta pode ser explicitada, entre outras coisas, pela existência de conflitos prévios à militarização da sociedade, uma vez que a mobilização dos setores rurais antes de 1814 se explica pela presença de “aspirações sociais e econômicas postergadas e sufocadas nas últimas décadas coloniais”. Além disso, estas aspirações também eram de ordem política, já que o crescente anseio de participação popular estava relacionado às novas formas de poder advindas do processo de militarização da sociedade. Enfim, não foi Güemes quem introduziu os

“¡No incomoden a mis gauchos!” conflito social...

conflitos em Salta, pois estes já existiam no momento de sua ascensão ao poder. Na verdade, a revolução só fez estalar os ressentimentos e aspirações da sociedade colonial, embora os tenha revestido de novos significados.

Entretanto, interpretar a mobilização dos setores rurais em Salta após 1814 só pela existência de conflitos prévios é muito simplificador. Afinal de contas, por que os camponeses seguiram mobilizados, e por tanto tempo? Existem duas visões tradicionais que tentaram explicar os motivos da mobilização em Salta, e ambas estão implicadas em questões mais gerais sobre a emergência de lideranças políticas e militares na América Latina durante o período revolucionário, fenômeno conhecido pelo conceito polissêmico e contraditório de “caudilhismo”⁴. A primeira explicação seria entender a sublevação de Salta como a reprodução, a um nível provincial, de relações de clientelismo existentes nas *estancias*, onde se acreditava prevalecer relações unilaterais entre o peão e o patrão. A segunda visão, presente sobretudo na historiografia local, seria entender a mobilização como reflexo de um suposto sentimento patriótico que *ardeu* no peito dos paisanos e milicianos, os quais não teriam hesitado em dar suas vidas pela causa da “pátria”. De qualquer maneira, ambas as explicações partem de pressupostos parecidos, ao negar aos setores camponeses o protagonismo que lhes é devido, posto que eles ou seriam *massa de manobra* na mão da classe latifundiária, ou seriam meros títeres a serviço de uma *causa maior*, isto é, a pátria.

⁴ De acordo com Maristella Svampa, o tema do caudilhismo foi para as ciências sociais do século XIX latino-americano o que o populismo foi para as mesmas no século XX. De fato, trata-se de um tema bastante controverso, que foi apropriado pelos mais diferentes grupos, de liberais a revisionistas, de positivistas a dependentistas. Quer dizer, o velho problema da emergência de lideranças durante o século XIX latino-americano, e que foi *encapsulado sob a polissêmica categoria de caudilhismo*, tem sido hoje objeto de muitas revisões, tendo em vista que os próprios conceitos de “caudillo”, “caudillismo” e “caudillaje” estão impregnados de uma carga semântica que alude a maneiras distintas de vincular as experiências históricas a um eixo aglutinador. As novas perspectivas de abordagem do fenômeno envolvem temas como os processos eleitorais, o funcionamento das *montoneras*, os “mediadores” entre o poder do caudillo e os grupos subalternos, a análise do discurso político etc.

Priscila Pereira

Se consultarmos a documentação sobre o processo revolucionário em Salta, veremos que ela nos fala de um conjunto de motivações que estariam presentes nas origens da mobilização dos paisanos, como por exemplo, a vigência do foro militar, as possibilidades de ascensão militar e, logo, de reconhecimento social, bem como o acesso às terras e aos recursos. A vigência do foro militar como maneira de proteger os paisanos da justiça local foi um dos temas que mais indispsôs o “caudilho” com as elites saltenhas, além de ter respaldado as interpretações historiográficas que outorgaram à Güemes o título de “Padre de los pobres” (FRÍAS: 1972). O “fuero militar”, também chamado de “fuero gaicho”, foi criado como uma maneira de não exigir dos paisanos o pagamento de arrendo ou de outras taxas aos seus patrões. Este benefício já existia em Salta antes de 1814, mas Güemes queria instituí-lo como um direito permanente, independentemente de os paisanos estarem ou não em serviço militar. Enfim,

Los gauchos y los oficiales de las milicias amparados por el fuero militar resultaban impunes, por lo menos de esta manera lo percibió la elite, cuando eran acusados de robo de ganado, pendencias, adulterio, estupro y toda una gama de delitos, puesto que se los sometía a la jurisdicción de sus militares quienes tenían predisposición a ampararlos (MATA DE LÓPEZ: 2002: p. 15).

Neste sentido, a vigência do foro militar será um componente essencial da guerra na jurisdição de Salta, que permitirá a adesão da *gauchaje*, bem como lhes outorgará certo reconhecimento social. Contudo, para as elites locais, preocupadas com a disciplinarização da “plebe”, este benefício será visto como um atentado à propriedade privada, além de um mecanismo que incitava os setores populares à rebeldia. Quer dizer, a consolidação do poder de Güemes sobre peões, escravos e arrendatários será resultado da tolerância para com os atos de insubordinação cometidos por estes contra seus patrões. E para isso bastava que tivessem participado das guerrilhas contra Pezuela em 1814, para que gozassem das vantagens propiciadas pelo foro militar.

“¡No incomoden a mis gauchos!” conflito social...

Além do não pagamento dos arrendos, o gozo do foro militar permitia também o acesso à terra, como vemos no caso de José Méndez. Este “pardo libre” se apresenta em 1818 diante do *Alcalde Ordinario de Segundo Voto* solicitando a intervenção de Güemes na resolução de um conflito com o “gaucho” Pedro Pablo Torres, pelo direito a umas terras localizadas em Cerrillos. A petição se baseia no argumento de que Méndez teria foro militar, já que participou da Companhia de Pardos Livres antes de sua destituição. Logo, exige ser distinguido como “*el fuero militar de las milicias de esta capital*”, condição que supostamente lhe favoreceria no “*Juzgado Militar del Señor Coronel y Gobernador de Armas de esta Provincia para que el citado juzgado militar huse de su Derecho en el juicio de propiedad de las tierras citadas*” (apud MATA DE LÓPEZ: 2000: p. 165).

Como fica evidente na fala de José Méndez, o foro militar subtraía os milicianos da jurisdição civil para colocá-los sob a jurisdição dos chefes militares, “que nestas angustiosas circunstancias de guerra possuíam escassa margem de negociação, devendo em muitos casos favorecer-lhes contrariando outros interesses”. E se, por um lado, a petição deste pardo livre pode ser lida como uma confirmação das teses de paternalismo e clientelismo, por outro revela que os paisanos não estavam dispostos a abrir mão das prerrogativas que conquistaram antes mesmo da ascensão de Güemes.

Outro ponto importante sobre a emergência de atores sociais no conflito saltenho é o que diz respeito a sua participação política. No ano de 1815, Güemes é eleito governador de Salta, e contam as fontes que nesta ocasião o povo se encontrava congregado em frente à sala capitular. Segundo consta na *Acta del Cabildo* deste dia

(...) se procedió a verificarla dando cada uno de los vecinos su sufragio con el orden posible, y recibidas las respectivas cédulas y publicadas resultó casi por una general votación el Señor coronel don Martín Güemes a quien *por petición del propio pueblo* se le puso en posesión el mismo acto. (apud MATA: 2008: pp. 103-104. Grifo nosso).

Neste trecho, é interessante ver que, por mais que os setores populares não tenham participado diretamente das eleições, parece que eles estavam bem conscientes do poder que tinham nas mãos, no sentido de influenciar a decisão dos *cabildantes* na escolha de seu candidato. Além disso, é de supor-se que na Sala do *Cabildo* também estivessem presentes as milícias armadas, o que certamente teve um peso importante na escolha de Güemes como governador. Esta hipótese faz sentido se considerarmos que Güemes talvez tenha sido eleito como única alternativa encontrada pela elite saltenha para conter as invasões realistas e também a mobilização da “plebe” saltenha, que lhe parecia cada dia mais ameaçadora.

No que diz respeito à ascensão militar e política propiciada pela participação das milícias armadas, destaquemos o papel que coube aos chamados “mediadores” entre o poder de Güemes e seus soldados, e cuja ascendência sobre estes últimos foi fundamental para que o primeiro conseguisse acumular o poder que acumulou. Por causa de sua relação mais imediata com os setores rurais, dos quais muitos deles descendiam, capitães e sargentos de milícias acabaram se convertendo em porta-vozes desse campesinato, e graças a eles Güemes conseguiu mobilizar os paisanos através de sua articulação na luta contra um inimigo comum. Sem dúvidas, estudar essas lideranças locais é bastante difícil, por conta da escassa documentação e da falta de informação disponível. Não obstante, estes anos marcados pela guerra, pela interrupção das atividades comerciais e pela instabilidade decorrente da militarização favoreceram a emergência de mediadores políticos, o que torna imprescindível seu estudo. Além disso, não se pode ignorar que alguns dos mediadores políticos encontraram na vida militar uma profissão, além de efetivas possibilidades de mudar sua situação social. De acordo com Sara Mata, essas lideranças eram formadas por sacerdotes, pequenos produtores, juízes rurais, estancieros *vecinos*, chefes das milícias locais e, inclusive, escravos, peões e arrendatários, que tiveram a oportunidade de ascender socialmente.

É claro que a compreensão dessas lideranças locais deve ser entendida como uma via de mão dupla, já que sua mediação tanto pode ser entendida como uma maneira de “conter” a plebe através de sua disciplinarização em

“¡No incomoden a mis gauchos!” conflito social...

uma organização militar, quanto como um elemento no qual o poder do “caudilho” encontrava seu limite. Quer dizer, o estudo dos mediadores políticos permite que redimensionemos o tema das lideranças e do funcionamento do poder durante a insurreição em Salta. Permite, ademais, que problematizemos as teses de clientelismo e paternalismo como chaves interpretativas do conflito saltenho, já que “a trama de relações vincula pessoas de maior nível cultural e económico com personagens, que (...) surgiram daqueles setores majoritários e desprezados da sociedade que se denominava “plebe”, que graças ao contexto revolucionário conseguiram construir espaços próprios de negociação” (MATA DE LÓPEZ: 2004: pp. 138-39). Finalmente, permite constatar que não era fácil manter as alianças políticas e a fidelidade dos setores rurais, pois, como o próprio Güemes reconheceu em uma carta enviada como resposta à solicitação do Diretor Supremo para que devolvesse umas armas que seus soldados haviam “tomado” do Exército do Norte,

Yo gobierno una provincia *irritada y desesperada* por las necesidades y miserias en que ha sumergida. El hecho mismo de desarmarla, sin necesidad, originaría recelos, agitaciones y desconfianzas. ¿Quién sabe las resultas que ocasionaría un tal procedimiento, en las críticas y delicadas circunstancias en que nos hallamos? (GÜEMES: 1980. Grifo nosso)

Resumindo, se pode dizer que a concessão do foro militar, as possibilidades de ascensão militar e protagonismo social, e a participação política são aspectos da insurreição saltenha que mostram que seu sentido não foi unívoco, já que neste processo se estabeleceram complexas redes de interdependência na qual participavam peões, arrendatários, grupos étnicos, escravos, sargentos de milícias, pequenos e médios proprietários rurais e latifundiários. Não houve, portanto, uma relação *direta, paternal e monolítica* entre Güemes e seus “gaúchos”. E mesmo que se tenham tratado de relações de clientela, elas não foram isentas de conflitos. Além disso, o gozo do foro militar deve ser compreendido como um direito conquistado pelos setores populares desde os primeiros tempos da revolução, e que estes *não estavam dispostas a declinar*. O estudo dos intermediários, por

Priscila Pereira

outro lado, revela as inúmeras redes de poder sobre as quais se assentava o poder mediatizado de chefes políticos e militares como Martín Miguel Güemes. E mais: revela os jogos de intrigas e lealdades que permitem matizar a suposta unanimidade alcançada por estes líderes maiores.

Os *gauchos* de Güemes

Na documentação relativa ao conflito em Salta, aparece claramente a identificação dos soldados-paisanos ao conceito de “gaucho”, vocabulário empregado pelo próprio Güemes para identificar as milícias campesinas que estavam sob sua liderança. Segundo Sara Mata, a denominação de *gaucho* teria surgido no calor do momento como forma de identificar a população rural e as milícias, que a partir de 1814, enfrentaram as seguidas incursões de realistas à província de Salta. A maioria dos que integravam as tropas de linha ou de milícias era formada por homens que haviam já participado dos corpos de milícias locais existentes em 1813, e reorganizados por Güemes entre 1814 e 1815. Tais corpos milicianos foram incrementados durante a resistência aos exércitos de Pezuela, através da incorporação voluntária de pequenos e médios proprietários, arrendatários e agregados do Valle de Lerma e da fronteira. Em 1816, se somaram às milícias *gauchas* soldados desertores do Exército Auxiliar do Peru.

Neste sentido, queremos tecer algumas considerações sobre os possíveis significados que o conceito “gaucho” adquiriu, no contexto independentista rio-platense, e de modo particular no caso saltenho.⁵ Afinal, a preocupação com a linguagem se justifica tanto por uma necessidade de maior rigor conceitual, quanto como uma maneira de evitar-se a leitura anacrônica de conceitos políticos de uma época. A idéia de reconstruir *campos de significado*, incluindo suas diferenças semânticas, tem o objetivo de restituir à linguagem sua função performativa. Pois “não

⁵ Todavia, seu uso não foi uma exclusividade saltenha, pois também os soldados de Artigas eram distinguidos com este título.

“¡No incomoden a mis gauchos!” conflito social...

basta entender o que disse um autor mas como foi possível para ele dizer o que disse” (PALTÍ: 2009 p. 16).

Em primeiro lugar, vejamos que o termo possuía muitas acepções na época colonial, e se relacionava a outras designações, como “changador”, “gauderio” e “camilucho”. Segundo descrição feita pelo espanhol peninsular Alonso Carrió de la Vadera durante sua passagem por Montevidéu em 1771, os *gauderios* seriam

(...) unos mozos nacidos en Montevideo y en los vecinos pagos. Mala camisa y peor vestido procuran encubrir con uno o dos ponchos, de que hacen cama con los sudaderos del caballo, sirviéndoles de almohada la silla. Se hacen de una guitarrita, que aprenden a tocar muy mal y a cantar desentonadamente varias coplas, que estropean, y muchas que sacan de su cabeza, que regularmente ruedan sobre amores. Se pasean a todo arbitrio por toda la campaña [...] y pasan las semanas enteras tendidos sobre un cuero, cantando y tocando. Si pierden el caballo o se lo roban, les dan otro o lo toman de la campaña [...] Se convienen un día para comer la picana de una vaca o novillo: se lanzan, derriban y bien trincado de pies y manos le sacan, cuasi vivo, toda la rabadilla con su cuero, y haciéndole unas picaduras por el lado de la carne, la asan mal, y medio cruda se la comen (...) (*apud* CAMPRA: 2004: pp. 311-312).

Neste trecho, percebe-se claramente a imagem negativa que se vincula aos *gauderios*, que poderiam ser definidos pela “prescindencia de las reglas de la vida civil (ociosidad, vestimenta descuidada, nomadismo, desprecio por la propiedad ajena, maneras salvajes). El único elemento presumiblemente positivo, el canto, se ve rebajado sin ambages: estos mozos desentonan, sus temas de improvisación son monótonos, sus instrumentos musicales son de mala calidad” (Ídem; íbidem). Enfim,

os *gauderios* (...) eram “mancebos da terra” e mestiços sem ofício que habitavam as dilatadas planícies desde os prematuros tempos do período colonial e que haviam sido repudiados pelas forças da ordem que os considerava “vagos”, “ociosos” e “mal entretenidos” (PODETI: 1999: p. 91).

Como a descrição do senhor Alonso Carrió de la Vandera, abundam exemplos como este na documentação colonial, onde a idéia de “gaucho” aparece associada às imagens de vagabundo, ladrão e desocupado. No que se refere aos “gaúchos” situados do outro lado da fronteira com a Monarquia Espanhola, por exemplo, também se nota a atribuição de uma imagem bastante negativa, já que “nos primeiros tempos de ocupação e colonização, o gaúcho, o *guasca*, o *gaudério*, era o marginal, “sem lei nem rei”, aquele que “morava na sua camisa, debaixo de seu chapéu”, e percorria, sozinho ou em bandos, aquela “terra de ninguém” que seria depois o Rio Grande do Sul” (MACIEL: 2001: p. 240).

Todavia, verifica-se que, a partir das lutas de independência, e no período do caudilhismo federal, as conotações pejorativas atribuídas à palavra “gaucho” vão sendo paulatinamente modificadas, até adquirirem um tom menos preconceituoso. Quer dizer, “o uso do corpo do gaúcho pelo exército acrescenta um sentido diferente à palavra “gaucho”, que até então significava “delinqüente”, “vagabundo”, sem domicílio fixo; uma palavra que convocava marginalidade e delito. Agora “gaúcho patriota” é o soldado valente que não deserta dos exércitos” (LUDMER: 1991: pp. 29-33).

Mas como se processou essa mudança semântica? Como ocorreu esta passagem de uma visão negativa do gaucho para uma imagem mais positiva (ou, talvez, *menos* negativa)? Que deslocamentos semânticos foram necessários para que as antigas premissas sobre as quais se articulava o conceito de “gaucho” fossem subvertidas? Observemos que estamos estudando um momento privilegiado, no qual se pode acompanhar de perto o processo de ressemantização deste conceito. Entretanto, é preciso deixar claro que mudanças conceituais não se processam de maneira simples e automática, já que “uma linguagem política somente entra em crise quando circunstâncias históricas precisas tornam manifestos aqueles pontos cegos que lhe são inerentes” (PALTÍ: 2009: p. 21). Voltando ao problema da ressemantização do conceito de “gaucho” na época revolucionária, o que devemos atentar é que não houve a passagem *automática* de uma sociedade na qual termos como “gauderio”, “gaucho” e “camilucho” tinham uma carga

“¡No incomoden a mis gauchos!” conflito social...

semântica negativa para outra em que os mesmos termos passam a ser vistos com aquiescência e simpatia.

É sabido que uma das principais preocupações contidas nos comunicados de Martín Miguel de Güemes era mostrar a valentia e heroísmo de seus homens, que ele designa de “*mis gauchos*”. Além disso, ele faz questão de destacar o valor, desinteresse e amor à “pátria” destes “*campeones de la libertad americana*”. Em um dos ofícios enviados ao governo de Buenos Aires, lêem-se os seguintes dizeres de Güemes

Aseguro a vuestra excelencia con el honor de mi palabra, y con mi cabeza (aunque es prenda nada equivalente para la redención de la América), que estos *bravos campeones*, sabrán exterminar y arrojar, a esos *viles cobardes* (GÜEMES: 1980. Grifo nosso).

Parece que o conceito de “gaucho” relacionava-se à necessidade de criação de uma identidade que fosse definida em oposição ao inimigo realista. Quer dizer, enquanto os *gauchos* eram qualificados de “bravos campeones”, seus opositores eram vistos como “viles cobardes”. Este argumento vai de encontro à tese de Chiaramonte de que, no final do período colonial e nos primeiros anos de revolução, assistiu-se a um processo de diferenciação em relação aos peninsulares. E como toda identidade se faz em oposição à outra, é de se supor que o conceito de gaucho foi empregado no contexto saltenho como uma forma de acionar-se uma identidade política, que garantiria a coesão social e a união em torno de uma causa comum.

Além de um sentido *identitário*, o termo também tinha uma conotação militar bastante forte. Em suas *Memorias*, o general espanhol Andrés García Gamba descreve da seguinte forma os gaúchos de Güemes

(...) los gauchos, individualmente valientes, tan diestros a caballos que igualan, si no lo exceden, a cuanto se dice de los célebres mamelucos y de los famosos *cosacos* (*apud* MATA: 2008: p. 157. Grifo Nosso).

Priscila Pereira

Nesta apreciação sobre os gaúchos de Güemes feita por um realista, é interessante notar a comparação estabelecida com os temidos soldados russos, os cosacos. Entretanto, um oficial da Coroa da Suécia que visitou a província de Salta durante a insurreição descreveu os paisanos de Güemes como

(...) incomparables jinetes, pero difícilmente se les pude formar en cuerpos regulares. Hacen muy bien la guerra de cosacos, a los que se parecen mucho en ciertas cosas (...) Sin embargo no creo que sean tan formidables como quieren aparecer (Idem, ibídem).

Neste trecho, apesar do termo gaúcho manter sua conotação militar através de sua associação com o conceito de “cosaco”, se relativiza o heroísmo das tropas lideradas por Güemes, que não seriam “*tan formidables como quieren aparecer*”. Tal imagem se opõe àquela construída pelo próprio “caudilho”, cuja precoce referência às suas tropas como “mis gauchos” deve ser entendida como uma estratégia para afirmar sua liderança e seu ascendente sobre os paisanos.

Outra imagem que aparece relacionada aos “gaúchos” de Güemes é a de “plebe insurreta”, cuja ação poderia escapar ao controle. Aliás, essa imagem de rebeldia do gaúcho nortenho sobrevive no imaginário argentino até os dias de hoje, embora sua valorização ou depreciação dependa das contingências históricas em que o conceito é acionado.

De otra suerte se disolvería la unidad de la provincia, y con la formación de un cuerpo militar independiente de este gobierno, y dependiente únicamente de esta distante capital, de repente se levantaría una división, un tumulto, o una guerra civil (GÜEMES: 1980: tomo 3: pp. 25-27).

Este ofício apresentado por Güemes às autoridades portenhas é bastante emblemático do poder político e militar que os setores rurais conquistaram através da militarização. Pois se, por um lado, a intenção do governador de Salta era alertar sobre os perigos que representava a mobilização popular em sua jurisdição – reivindicando-se como o único

“¡No incomoden a mis gauchos!” conflito social...

capaz de contê-la –, por outro, deixa subentendido o poder de negociação e protagonismo social que estes setores passaram a gozar. Neste sentido,

La condición de gaucho permitía a los peones no cumplir con sus tareas rurales, a los arrenderos no prestar servicios ni pagar los arriendos a los propietarios de las estancias y a muchos instalarse en las tierras sin la autorización del propietario o eludir las contribuciones de ganado a la que se encontraban sujetos quienes no gozaban de algún tipo de protección política (MATA DE LÓPEZ: 2004: p. 133).

Portanto, o uso do vocabulário “gaucho” no contexto da insurreição saltenha tinha um sentido eminentemente político, e seu emprego foi feito por gente da cidade, do campo e pelos próprios “gaúchos”. Contudo, no momento mesmo em que este conceito é acionado para designar os novos atores sociais e políticos que emergiram do processo revolucionário, ele se revestiu de um sentido homogeneizador e totalizante, que é resultado das contradições inerentes à sua própria estrutura semântica. Pois ao mesmo tempo em que se buscava *identificar* através deste conceito uma ampla parcela da população rural, também se contribuiu para a *indistinção* destes setores, que “desapareceram” sob o peso do anonimato que o conceito “gaucho” acabou implicando.

Enfim, o uso do conceito de “gaucho” na mobilização da população de Salta se inscreve em um contexto mais geral de ressemantização desse conceito, que se revestiu de conotações militares, políticas e sociais importantes. Entretanto, os novos significados atribuídos ao termo *gaucho* provinham de horizontes discursivos que remontam ao período colonial, uma vez que os conflitos fronteiriços entre as duas coroas ibéricas ocorridos durante todo o período resultaram na formação de identidades relacionadas ao âmbito rural, e que estariam calcadas no binômio *gado-guerra*. Com a erupção da revolução no cenário rio-platense, estas identidades são rearranjadas através de sua configuração em linguagens políticas, resultando assim em um complexo processo de tipificação e construção de estereótipos. Quer dizer, “o caso da ressemantização do Gaúcho parece ter algo a ver com este processo: do passado, recolheu-se a idéia de valentia e

Priscila Pereira

liberdade, deixando de lado a crueldade e a violência inerentes a estes bandos dos primeiros gaúchos” (MACIEL: 2001: p. 247).

Algumas palavras finais

Este artigo analisou o prolongado período de guerras que sacudiu a província de Salta entre 1814 e 1821, em um contexto de grande conflitualidade social provocado pela aparição de novos atores sociais no cenário político. Neste sentido, a mobilização de amplos setores do campesinato rural, liderados por chefes militares das mais diversas condições étnicas e sociais, constitui talvez a originalidade da experiência saltenha, que, no entanto, não deve ser entendida em desconexão com os acontecimentos sucedidos no Vice-Reinado do Rio da Prata durante a primeira década revolucionária.

Nossa análise se centrou nas motivações que levaram a *campaña* saltenha a embrenhar-se numa empedernida guerra de recursos contra as tropas realistas vindas do Peru, e também contra as tentativas das autoridades portenhas de subordinar as milícias gauchas ao seu projeto centralizador. Acrescenta-se a este quadro os confrontos que dividiram a própria jurisdição de Salta, decorrentes, entre outras coisas, da emergência de setores populares e da reconfiguração das elites locais.

No entanto, a ampla mobilização iniciada em 1814 se investirá de novos significados políticos e sociais, já que a radicalização cada vez mais evidente das milícias campesinas configurar-se-á em ameaça para as elites locais. Neste contexto, surgirá a liderança de Martín Miguel de Güemes, cujo ascendente sobre os paisanos lhe garantirá o apoio das elites salto-jujenhas, que verão nele o único capaz de conter a “plebe insurreta”. Não obstante, a relação entre ambos também estará permeada por conflitos, já que o crescimento do poder político de Güemes será visto com desconfiança pelos setores mais abastados de Salta, sobretudo porque se sabia que a base política deste poder se encontrava nas milícias armadas e na *paisanaje*.

Em contrapartida, Güemes encontrará cada vez mais dificuldades para manter as alianças políticas e a fidelidade dos setores mobilizados,

“¡No incomoden a mis gauchos!” conflito social...

que obstinadamente reivindicam direitos e a manutenção de certas prerrogativas conferidas pela sua condição de “gauchos”. Neste aspecto, as discussões sobre o foro militar se inscrevem no centro das disputas entre Güemes e as elites saltenhas. O não pagamento do arrendamento, as possibilidades de acesso à terra e a subtração à justiça ordinária constituem alguns dos direitos conquistados pelos paisanos, e dos quais estes não estavam nem um pouco dispostos a abrir mão. Por causa dessa complexa rede de alianças e enfrentamentos, vimos também que a autoridade de Güemes não era unânime nem mesmo entre seus subordinados. Isto nos levou ao tema dos mediadores políticos, que desempenharam um importante papel na mobilização popular de Salta, e que de um modo geral foram ignorados pela historiografia sobre o conflito. A análise do papel dos mediadores demonstra que a relação entre Güemes e suas milícias gauchas não era direta, nem monocausal, nem isenta de conflitos. Portanto, neste estudo evitamos analisar a guerra de Salta pelo voluntarismo de um único homem, perspectiva que nos pareceu muito simplificadora.

Bibliografia:

- BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia; *Memória e (res) sentimento Indagações sobre uma questão sensível*; Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CHIARAMONTE, José Carlos; *Ciudades, provincias, estados: Orígenes de la Nación Argentina(1800-1846)*; Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.
- CHIBÁN, Alicia (coord.); *El archivo de la independencia y la ficción contemporánea*; Salta: Consejo de Investigación: Universitat Nacional de Salta, 2004.
- FRÍAS, Bernardo; *Historia del General Martín Miguel de Güemes y de la Provincia de Salta, o sea de la Independencia Argentina*, Ediciones Depalma, 6 tomos, Buenos Aires, 1972.
- FÜRSTENBERGER, Nathalie; “Güemes y los de abajo: fabricación y alcance del heroísmo en *La Guerra Gaucha*” in *Revista Iberoamericana*, Vol. LXXI, nº 213, octubre- diciembre de 2005.

Priscila Pereira

- GOLDMAN, Noemi (editora); *Revolución, Republica y Confederación (1806-1852)*; Tomo 3 de la *Nueva Historia Argentina*; Buenos Aires, Editorial Sudamericano, 1999.
- GÜEMES, Luis; *Güemes documentado*; 13 tomos; Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1980.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio; *Revolución y guerra Formación de una élite dirigente en la argentina criolla*; México: Siglo Veintiuno, 1979.
- HERRERO, Fabián (comp.); *Revolución Políticas e ideas en el Río de la Plata durante la década de 1810*; Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2004.
- LAFFORGUE, Jorge (Ed.); *Historias de Caudillos Argentinos*. Estudio preliminar de Tulio Halperín Donghi; Buenos Aires: Alfaguara, 1999.
- LUDMER, Josefina; "Oralidad y escritura en el genero gauchesco como nucleo del nacionalismo"; *Revista de Critica Literaria Latinoamericana*: Año XVII, nº 33: Lima, 1º semestre de 1991, pp. 29-33.
- MATA, Sara Emilia; *Los gauchos de Güemes Guerras de Independencia y conflicto social*; Buenos Aires: Sudamericana, 2008.
- MATA DE LÓPEZ, Sara (comp.); *Persistencias y cambios: Salta y el noroeste Argentino. 1770-1840*; Rosario: Ediciones Prohistoria, 2000.
- _____. "La guerra de independência en Salta y la emergencia de nuevas relaciones de poder" in *ANDES*, nº 13, CEPIHA, Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Salta, 2002.
- PALTI, Elías José; *El momento romántico Nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX*; Buenos Aires: Eudeba, 2009.